

Destaques

Prof. Yussuf Adam fala dos ataques em Cabo Delgado

“Conotação religiosa é uma camada de fumo”

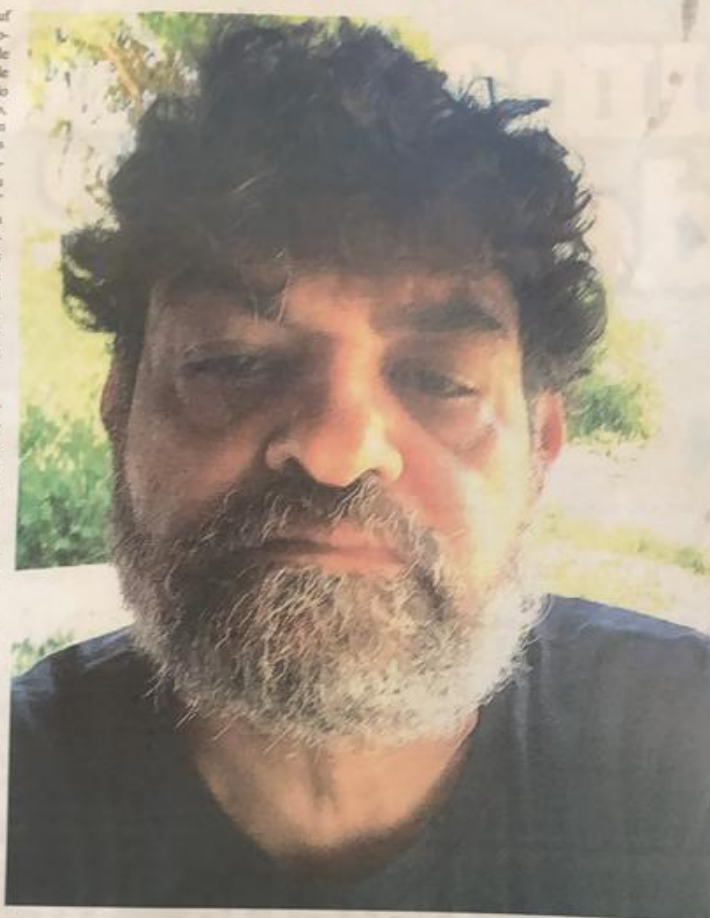
Chama-se Yussuf Adam. É professor associado no Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane. É profundo conhecedor de Cabo Delgado, onde trabalhou desde 1975, e tem conhecimento sobre as relações étnicas locais e tem uma imenso conhecimento de fontes locais. Aceitou falar ao “Canal de Moçambique” sobre a situação que se vive em Cabo Delgado. Diz que a conotação religiosa dos ataques é apenas uma “camada de fumo” de uma luta pela riqueza que não está a beneficiar os habitantes locais. Propõe que o Governo encontre os interlocutores válidos, que diz que existem, para diálogo.

Canal – Há várias interpretações sobre o fenómeno do confronto armado em Cabo Delgado. Já esteve a realizar vários trabalhos naquela província. O que é que, na sua opinião, está por detrás desses ataques?

Yussuf Adam – Normalmente, os que estudam as organizações e movimentos extremistas e violentos consideram que há três factores que estão sempre presentes quando há revoltas ou movimentos deste tipo. Primeiro: “youth bulge”, uma grande percentagem de jovens sem emprego e com alguma formação, mas que não encontram trabalho regular no sector formal ou informal. Se trabalham no sector informal, estão sujeitos a uma carga de impostos escondidos. É preciso pagar a cunha. Segundo: a corrupção. Podemos definir a corrupção como a apropriação privada de bens públicos.

Canal – Acha que em Cabo Delgado estamos em face da apropriação privada de bens públicos? Por parte de quem?

Yussuf Adam – Penso que não é preciso dar exemplos. Em Cabo Delgado, ela está presente na venda e concessão de terras, nas licenças de exploração mineira, na exportação e corte de madeira. E o terceiro ponto: a degradação ambiental. A degradação ambiental, a mudança mais ou menos forçada ou obrigatória dos locais de residência para acomodar grandes projectos de desenvolvimento cria



muitas contradições. Cabo Delgado, em geral, sofreu várias ondas de reassentamento. Os aldeamentos coloniais da guerra, 1964-1974, as aldeias comunais do processo de socialização do campo, 1975-1986, e as feridas dos reassentamentos dos grandes projectos de mineração, rubis, “oil and gas”. Não sei quantificar o número de pessoas deslocadas pelos reassentamentos, mas vejo claramente que há um grande descontentamento, pois as pessoas são transferidas para locais para onde não querem ir, as promessas das

instituições que fazem a mudança quase nunca são cumpridas.

Canal – Era de esperar que o investimento militar que o Governo está a fazer reduzisse a acção dos insurgentes. Mas, pelo contrário, está a aumentar.

Yussuf Adam – A repressão policial e do Exército aumentou. Todos têm medo de falar e têm medo de serem acusados de serem insurgentes, “mashababos”, “ahle sunna”, etc. E a repressão dos insurgentes (coloquem-lhes a etiqueta que mais gostarem).

Também batem, também roubam. Quando há distribuição de comida para os deslocados, há sempre mais dois que vêm buscar os “mashababos” e os soldados e milícias. A situação evoluiu nos últimos dois anos. O último ataque a Mocimboa, no domingo, 25 de Março, mostra como a situação evoluiu. Os “Ahle sunna al Jamma”, os que seguem a linha do profeta, com a sua bandeira contendo, a negro, a “shahada”, a profissão de fé do “islam”... “La illaha ilallah madau rassulullah...”

Canal – Mas o que é isso?

Yussuf Adam – É a crença num Deus único. Não há Deus-pai, Espíritos Santos, Jesus ou Maria. Esse tipo de crença existiu antes do “islam”. Estes teocratas que vêm bem armados e treinados têm uma longa história, que é preciso compreender. Muitos foram guerrilheiros da Frelimo ou da Renamo, combateram em várias guerras na África Oriental. Uns migraram para a Somália e, daí, foram juntar-se aos “aituu” para lutar contra os soviéticos no Afeganistão. Há um vasto trabalho de investigação a fazer e é necessário que o Estado abra os arquivos e nos permita utilizar esses dados. Em Quissanga, um dia depois do ataque a Mocimboa da Praia, um dos líderes dos “mashababos” disse que não lutava pelas riquezas da terra, mas sim para salvar Allah. Um amigo meu, imam, ao ouvir o vídeo, disse: “Munafikum!” [hipócritas]. “Acha – perguntou-me – que fazem isso tudo com balas e granadas só para servir o Criador, para servir Wal’lazi?”. Eu disse: “Certamente que não!”.

Canal – Qual é então a agenda, na sua opinião, professor?

Yussuf Adam – Parece-me que querem uma parte dos benefícios dos investimentos, querem pagamentos justos pelas terras que são expropriadas, querem empregos. Todos os cabodelgadenses, sobretudo de Mocimboa e Palma, não gostam dos “maputecos”, nome pejorativo que dão aos que vão do Sul. Penso que Mocimboa da Praia continua ainda sob fogo. Há notícias da presença dos “mashababos”. Também na passada quinta-feira alguns soldados do Governo assaltaram umas gelérras num bar para sacar cerveja. A Polícia foi-se embora quando as FADM chegaram. As fotos e as descrições mostram que os alvos que foram atacados em Mocimboa simbolizam as instituições de que a população não gosta ou com quem tem problemas: Polícia, Exército, Finanças etc. Estranhamente, também destruíram casas comerciais e investimentos de “tadjiris”, os ricos de Mocim-

(Continua na pág. 4)

Canal
de Moçambique

oso@gmail.com

om | Cel: 823053185

ctor, Editor, Sub-Editores, Chefe da
ão e Editores sectoriais.

m
gmail.com
il.com
maro@yahoo.com.br

ail.com
ostors.com
valho@gmail.com
ail.com

NCIA DE SOFALA

notimoteo@gmail.com

eco@gmail.com

aneve@gmail.com

78 | cremildeacacio@gmail.com
4 26 67 545
ltpdfs@gmail.com

ambuleslmiao@gmail.com

EVENEDORES / AGENTES)
4 26 67 545
ltpdfs@gmail.com
4 060

ou 84 3007842 | chitchango@

laguiguana, n.º 1049 | Casa n.º
Maputo * Moçambique

nalanga

(Continuação da pág. 2)



boa da Paraia. Não destruíram instalações de outros comerciantes e empreendedores. Havia dezasseis chineses a trabalhar para sete empresas chinesas que ficaram escondidos em Mocimboa da Praia e saíram dois ou três dias depois. Esses dezasseis trabalham para sete empresas. Fiquei admirado com a actuação brilhante de jovens funcionários do Estado e de empresas privadas que ficaram em Mocimboa desde o início do ataque. Mudaram de casas frequentemente. Um juiz, lá, conseguiu meter a família no forro do telhado. Um velho "mwalmu", que as pessoas pensam que joga nos dois lados, do Governo e dos insurgentes, ajudou os jovens funcionários a esconderem-se. Infelizmente, morreram cerca de 60 a 120 soldados. A maior parte foi enterrada ontem [segunda-feira] e anteontem [domingo] em valas comuns. Nenhum deles tinham "dog tags" [colar de militar], que, normalmente, quem combate, tem, pois estão aí os seus dados. Parte-se a medalha ao meio e envia-se para a família. Há também muitos feridos. O nível de assistência aos feridos de guerra deixa muito a desejar, dizem-me. Há uma reflexão a fazer sobre o ataque a Mocimboa e a Quissanga. Normalmente, as tropas das Forças de Defesa e Segurança, no momento dos ataques, desparecem, abandonam fardas e armamento e fogem. Há outros que lutam e pagam com a vida. Penso que não tem havido uma reflexão contínua sobre fenómenos como os ataques a Nanterremle, onde um indivíduo, há uns anos atrás, matou várias pessoas. A Polícia acusou um trabalhador local de ter comprado "coolmans" para transportar peixe. Mentira descarada de um Polícia de Trânsito, que achava que os "coolmans" seriam bons para o seu negócio de peixe e camarão.

Canal - Numa intervenção, no ano passado, em Washington, disse que a abordagem do Estado estava a falhar porque

estava a privilegiar a força, e era preciso ir falar com as pessoas? Como encontrar interlocutores em tal situação?

Yussuf Adam - Sim, é verdade que eu disse que a repressão não é uma boa arma numa luta contra extremistas. Um alto oficial de um dos países da África Oriental estava a falar comigo no átrio de uma "guest house", em Pretória, e disse-me: "Sabes? Ando a lutar contra terroristas, extremistas, o que quiseres chamar, há mais de vinte anos". E mostrou-me as suas mãos. "Não há nenhuma gota de sangue deles nestas mãos. Quando começa a torturar, a matar, etc., aí perdes a justiça da tua causa." É difícil. Mas temos de ter moral alta. Aliás, em Mocimboa da Praia e Quissanga, a população bateu palmas quando as Forças de Defesa e Segurança fugiram. É o que me dizem. Entrei num bar em Pemba, há dois dias, e um electricista estava a arranjar o ar condicionado. O dono do bar perguntou-lhe: "Tens notícias de Quissanga, tua terra?". O electricista respondeu: "Guerra há sempre, mas já viu que os malfeteiros não batem? Agora distribuem comida, dizem que só querem cumprir as ordens de Allah". A conversa era entre o dono do bar e o electricista. Eu ia apanhando umas partes da conversa, que traduziam, ou que era em Português. Trata-se de uma situação complexa. O diálogo deve ser feito com todas as instituições e pessoas que têm algum papel a jogar. As mesquitas, os imams, os padres, as missões, as Igrejas, os comerciantes e pessoas influentes. Estabelecer o diálogo não é fácil, mas tem de ser feito. Os ataques dos últimos dias mostram quais são as áreas sobre as quais o Estado deve reflectir e analisar, avaliar as suas intervenções: cobrança de impostos, justiça, integração de todos os sectores da sociedade. Mocimboa tem três bairros, ou até poderíamos chamar cidades: Kumilamba, Naduadua e bairro do cimento. Os "mashababos"

comportaram-se de forma diferente em cada um deles. Não há só uma verdade ou uma versão única dos factos. Mas, vejamos, o edifício das Finanças foi atacado. Tentaram entrar em casa da chefe das Finanças. Duas versões me foram contadas. Os "mashababos" entraram, e a funcionária estava lá dentro, a tentar sair de um armário para uma casa de banho, para se esconder. Os "mashababos" viram um "Corão" na mesa e retiraram-se. Outra versão: os "mashababos", quando chegaram, a casa estava bem gradeada. Viram que dava muito trabalho rebentar, e foram-se embora.

Canal - Mas a questão é: como encontrar o interlocutor?

Yussuf Adam - Às vezes é o louco da aldeia, uma velha desdentada ou uma criança. As mensagens chegam, e, a partir daí, estabelecem-se os contactos. Como é que, em Mocimboa, os "mashababos" não atacaram toda a gente da mesma maneira? Segundo muitos dos que conversaram comigo, ou que ouvi a conversarem, os "mashababos" tinham chegado à vila uns dias antes, andaram a dançar nos bares, foram ao "Sony", beberam cerveja e conheceram muito bem o distrito. Algumas pessoas dizem que tinham reconhecido os que tinham fugido do primeiro ataque. Ou seja, temos de falar com essas pessoas e parar com a violência.

Canal - Tem apontado para aquilo que chama "falta de transparência no processo de investigação e detenções em curso". O que se está a passar, ou que informação tem que o leva a essa classificação?

Yussuf Adam - Quando começamos as confusões em Cabo Delgado, na zona de Mucojo, prenderam uns jovens. Uns foram feridos em Ancuabe, cerca de quarenta jovens foram acusados de serem extremistas e prejudicaram o normal funcionamento de uma mesquita. Há três anos, um dos jovens perdeu uma perna. Outros foram presos. Ninguém sabia do assunto. Os meus alunos através dos primos, tios e cunhados seus que trabalham no SISE, conseguiram saber que era verdade. Nessa altura, pus um "post" no Facebook a dizer que todos deviam ser tratados de acordo com a lei, não podíamos ter torturados, etc.. Houve uma resposta de um leitor a dizer que tem que se lhes dar água comida e refeições balanceadas e lençóis lavados. Eu disse que tinha que

(Continua na pág. 16)

Nacional

(Continuação da pág. 4)

se tratar com justiça e de acordo com a lei. Um funcionário de uma Organização internacional disse que ser preso em Cabo Delgado é quase uma sentença de morte. Temos o exemplo de um colega jornalista, o Amade. Foi detido, acusado de ter mapas da zona de Macomia que serviam o "al shabbab". Quatro meses depois, foi solto. É preciso ser extremamente cuidadoso no respeito dos Direitos Humanos. Nós outros, que andamos cá há muito tempo, pela idade, e participamos na luta contra o colonialismo sabemos o que é a tortura.

Canal - Se diz que a questão essencial é a distribuição da riqueza de forma justa, então considera também que a conotação religiosa é apenas uma capa de pedido de inclusão?

Yussuf Adam - Sim, a questão da riqueza em Cabo Delgado é clara. Vejamos lá a história dos indivíduos que aparecem a construir a ponte que saiu sobre o rio Montepuez. Façam um diagrama das suas relações e negócios. Mas o que é chocante é que os que são mais punidos não são os grandes empresários, são os pequenos. Em

Mocimboa, os vendedores do mercado queixam-se que todos os dias têm que pagar "refresco" ao funcionário da Câmara, ao Polícia, etc. Um dos chineses que saiu de Mocimboa depois do ataque estava a contar que, no caminho para Mueda e depois para Montepuez, via "chapa" em vários postos, os polícias pediam "refresco". E ele ria, dizendo: "Agora não tenho, porque estou a fugir. Vocês é que me podiam dar um refrescoteiro". Há ocupações de terra de uma forma ilegal. As consultas populares são mal feitas. Os indivíduos que vão fazer essas consultas não têm as características que o povo da zona acha que deve ter alguém para dialogar com eles. Tem de ter idade, barba, ou ser mulher, mas mãe. Isso já foi bem estudado em Nampula, no Duti, durante a guerra da Renamo. Mogens Pedersen, que estudou os sistemas de produção e de extensão agrícola, descobriu esses fenómenos. Geffray fez depois o seu estudo sobre "La Cause des Armes au Mozambique". Muitos dos camponeses disseram a várias organizações não-governamentais nacionais que lhes davam 7,50 meticais por metro quadrado e de-

pois vendiam por 100 dólares. Há inúmeras informações sobre esse tipo de problemas. A Lei de Terras é usada para saquear o direito de posse consuetudinária das famílias. Tens de sair porque a terra não é tua, é do Estado. E o dono diz: "Vivo aqui há cinquenta anos, e a terra é minha". Eles dizem que "Não tens título, sai".

Canal - E a conotação religiosa?

Yussuf Adam - A conotação religiosa ou étnica é uma camada de fumo. Há mwatis, macondes, angones, etc., envolvidos na insurgência. Há cristãos, católicos, maçulmanas, protestantes e mesmo animistas. Há uma certa islamofobia muito frequente, pois quem tem "bara" e usa "hanzo" é "muçulmano". A conotação religiosa é um pedido de inclusão, mas também de mobilização. Enquanto os "al shabbab" estiveram em Mocimboa, em Quissanga e mesmo em Bilibiza, chamaram as pessoas à oração do momento. Rezaram juntos. Em Mocimboa, na mesquita central, os imams locais fugiram pela porta de trás. Não sei porque. O que sabemos é que a população em Cabo Del-

gado considera que há três grupos sociais nas suas aldeias, os donos da terra descendentes dos que abram o mato, os "vientes" e os "epothas". "Epotha" não tem direitos sobre a terra. Um grupo de investigação de uma empresa em Maputo fez um estudo em várias aldeias e verificou que, quando os três grupos participam no diálogo sobre intervenção para o desenvolvimento, sobre mudanças de locais da aldeia, machambas, os acordos a que chegam são respeitados.

Canal - Considera que estamos perante uma guerra dos insatisfeitos de Cabo Delgado contra os que tomam decisões em Maputo, mas no âmbito dos ganhos da exploração petrolífera?

Yussuf Adam - Essa pergunta precisava de vários volumes de livro para responder. Mas é verdade, os [habitantes] locais zangam-se contra os "maputeicos" mas também contra a perda de riqueza. Um rei, perto de Palma, disse-me que não queria compensações, mas queria que o seu reino fosse considerado sócio da empresa de petróleo. Assim,

sempre que a empresa ganhasse dinheiro, ele e o seu povo, a sua população, iam ganhar dinheiro. Há falta de transparência nos contratos, esses não são traduzidos nas línguas locais, não são explicados às pessoas cuidadosamente.

Canal - Os insurgentes têm agora uma outra abordagem, que não é necessariamente ataque aos cidadãos, mas às instituições do Estado. O que é que isso sugere?

Yussuf Adam - Essa mudança de táticas dos insurgentes mostra claramente que eles querem passar uma imagem de que não são os decapitadores, assassinos etc., que não querem fazer mal ao povo, à população, mas querem enfrentar-se com o Exército. Suponho que sugere que os insurgentes têm uma estratégia política e sabem que as suas atividades só funcionarão se tiverem o apoio da população. O guerrilheiro quer ser peixe na água, mas tem de produzir essa água. E essa água não se produz só com porrada. No ataque a Mocimboas da Praia, as fotos mostram que as instituições atacadas foram aquelas contra as quais a população tem queixas.

Canal de Moçambique

Lúcia Maximiano do Amaral é nova presidente do Tribunal Administrativo

O Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, no uso das competências e ouvido o Conselho Superior da Magistratura Judicial Administrativa, nomeou Lúcia Fernanda Buínga Maximiano do Amaral para o cargo de Presidente do Tribunal Administrativo, em substituição de Machatine Munguambe. Lúcia do Amaral deixa assim a Procuradoria geral da República onde ocupou o cargo de Procuradora-Geral Adjunta e vai ao tribunal de contas. Uma breve biografia da nova tomenina está publicada no web site do Conselho Constitucional onde já foi juíza conselheira até 2009. Em 1990 concluiu a licenciatura em Direito na Universidade Eduardo Mondlane. Dos cargos ocupados destacam-se os de Diretora Pedagógica do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) e Membro do Conselho Técnico do Ministério da Justiça (2001 a 2004).



Conselheira na Embaixada de Moçambique em França (1996-2001), Conselheira na Embaixada de Moçambique em Moscovo (1991-1996), Directora-Geral do Instituto Nacional de Assistência Jurídica (INAJ) (1988-1992), Delegada do Procurador da República junto da 3ª Secção Criminal do Tribunal Popular



Provincial de Maputo (1978-1980). É casada com o diplomata José Rui Mota do Amaral. A indicação de Lúcia do Amaral, consolida também uma agenda de feminização dos órgãos de soberania e outros no escopo da justiça por parte de Filipe Nyusi depois de esses órgãos terem sempre sido liderados por ho-

mes que lhe são contestadas pela Constituição da República e ouvido o Conselho Superior da Magistratura Judicial e Presidente da República, Filipe Nyusi, e da República, serviços de Despartamento, João António do Presidente, João António do Associação Baptista Brasileira no de vice-presidente do Tribunal (Redacção)

João Heitor reconduzido ao "Supremo". Ainda no topo das competências

agências: Estamos conscientes de que as nossas competências...